

Discurso de posse

Inicialmente, gostaria de agradecer a todas e todos os presentes nesta cerimônia de posse.

Eu juro para vocês que minha intenção hoje era fazer um discurso de posse moldado pelas expectativas tradicionais que se depositam sobre os ombros de um Ministro da CGU. Um ministério que se ocupa de funções estatais das mais relevantes, que se notabiliza por um corpo burocrático – no sentido weberiano do termo – cuja agenda pretende evoluir sem grandes solavancos, de maneira incremental, incorporando as novas técnicas de avaliação de políticas públicas, **de aprimoramento da transparência e da participação social e de combate à corrupção**. Infelizmente, no contexto em que vivemos essa liturgia ficará ligeiramente de lado hoje. **Digo ligeiramente, porque mesmo o resgate dessa agenda tradicional, já carrega, por si só, uma simbologia transformadora e de resgate do pacto da nova república celebrado em 1988.**

Certa vez o Ex-Presidente Fernando Henrique afirmou que com a Constituição de 1988 e o reestabelecimento da democracia se esperava que o caminho para o nosso desenvolvimento econômico e social estava garantido. Apesar dos avanços que obtivemos em várias dimensões da cidadania, o fato é que quase 35 anos depois, continuamos derrapando nesse caminho rumo a uma sociedade mais democrática, republicana e solidária. Para ser mais preciso, ousou dizer que nos últimos anos desistimos até de derrapar e resolvemos retroceder. Retroceder avassaladoramente, mas não de maneira inexorável.

Vivemos um momento histórico no Brasil, como os eventos dos dois últimos dias deixaram claro. Avanços que foram construídos em décadas após a redemocratização foram desfeitos: a fome reapareceu no país, a desigualdade aumentou, o desmatamento se acelerou, a educação foi desestruturada, o sistema único de saúde enfraquecido. Enfim, para usar um linguajar técnico, políticas públicas foram desestruturadas, ciclos de formulação, implementação e monitoramento foram desestabilizados.

Como todas e todos sabem, a lista poderia continuar. Gostaria de ressaltar um ponto que é o mais caro a nós da CGU: para além da tentativa de destruição ativa de instituições democráticas, os últimos anos representaram um avanço de interesses pessoais sobre órgãos de

controle e a confiança da sociedade na transparência e no acesso à informação foi enfraquecida, quando não completamente eliminada. Há somente dois anos, tínhamos dúvidas sobre se poderíamos confiar nos dados publicados pelo governo federal a respeito dos poucos esforços de combate à pandemia de covid 19.

Felizmente, como disse o presidente da República em seu discurso de posse no domingo “É hora de rearmos os laços com amigos e familiares, rompidos pelo discurso de ódio e pela disseminação de tantas mentiras. Chega de ódio, fake news, armas e bombas. Nosso povo quer paz para trabalhar, estudar, cuidar da família e ser feliz. A disputa eleitoral acabou.”

Se, ao menos da perspectiva eleitoral, esse passado ficou para trás, da perspectiva do funcionamento do Estado brasileiro e da efetivação de direitos, há muito a ser reconstruído. Se isso aumenta nossa responsabilidade, é somente porque essa responsabilidade é proporcional aos sonhos e esperança do povo brasileiro. A demanda por democratização das instituições é e precisa ser infinita. E ela só se revigora com transparência e participação. Por isso, se posso me atrever a complementar o presidente: é hora de retomarmos os esforços de construção (e, em alguns casos, de reconstrução) das instituições democráticas que foram tão ameaçadas e atrasadas no último período.

Se no contexto macro do Brasil estamos nessa quadra histórica, podemos dizer o mesmo para a Controladoria Geral da União: em maio de 2023 completará duas décadas de existência, quando foi criada no primeiro mandato do governo Lula.

Quando da sua criação inédita no Brasil, testemunhamos a construção de uma política de Estado de prevenção e combate à corrupção e de promoção da transparência e da integridade pública com atribuição à CGU das competências de defesa do patrimônio público, controle interno, auditoria pública, correição, prevenção, dissuasão e enfrentamento da corrupção, atividades de ouvidoria e incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública federal.

Implementada ao longo dos governos Lula e Dilma, a política de fortalecimento do órgão e de suas carreiras de Auditor e de Técnico Federal de Finanças e Controle, as quais contam com um corpo técnico extremamente qualificado e competente, fez com que a CGU se tornasse não só uma agência essencial na construção de política anticorrupção no Brasil,

fornecendo um modelo institucional que foi amplamente replicado pela maioria dos estados e por vários municípios, mas exercesse também um respeitável protagonismo nos foros internacionais dedicados à transparência, à integridade e à luta anticorrupção, de modo sempre integrado com outros organismos e instituições do Estado brasileiro.

A CGU foi liderada primeiramente pelo saudoso ministro Waldir Pires e, em seguida, pelo competente e combativo Ministro Jorge Hage, o mais longo ministro da CGU, e, posteriormente, pelos Ministros Luiz Navarro e Valdir Simão, cujas presenças aqui muito nos honram. Esses Ministros, junto com suas valiosas equipes, que em parte retornam agora, montaram as bases de uma CGU que a sociedade e instituições públicas, a imprensa, a academia e as entidades da sociedade civil aprenderam a respeitar e admirar pelo tanto que entregaram ao povo brasileiro.

Dentre as inúmeras contribuições que a CGU trouxe ao Brasil e à Administração Pública, merece destaque a implantação de mecanismos efetivos de transparência e acesso à informação, os quais asseguraram o fim da opacidade e da cultura do sigilo que historicamente imperavam na Administração Pública. A CGU construiu o Portal da Transparência e coordenou o processo de elaboração, aprovação e implementação da Lei de Acesso à Informação, bem como da formulação da política e do plano de dados abertos do governo federal. A promoção da transparência pública e o direito de acesso à informação, como se sabe, são responsáveis por tornar o Estado menos vulnerável à corrupção, mais eficiente, justo e inclusivo, pois se faz mais visível ao escrutínio público e aberto à participação da sociedade.

Além disso, a CGU foi a autora dos projetos da Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013) e da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), assim como diversas outras normas que aprimoraram a execução e controle dos recursos públicos.

Não obstante todos os avanços empreendidos durante os governos Lula e Dilma no campo da transparência, da integridade e da luta anticorrupção, vários retrocessos foram impostos nos anos mais recentes. São exemplos a interferência e o desmantelamento dos órgãos de controle e defesa do Estado, a extinção dos conselhos e outros mecanismos de participação social, e até os recorrentes e conhecidos ataques à Lei de Acesso à Informação, com o uso indiscriminado e indevido do sigilo para supostamente proteger dados pessoais ou sob o falso pretexto de proteção da segurança nacional e a segurança do Presidente da República.

É preciso reconquistar a confiança da população e dos gestores no sistema criado pela Lei de Acesso à Informação e garantir que o mérito das decisões administrativas diante de pedidos de acesso não seja tomado por argumentos seletivos e frágeis.

Felizmente, também nesse âmbito é momento de união e reconstrução. Como ressaltou o Presidente Lula, em seu discurso de posse, “a partir de hoje a lei de acesso a informação voltará a ser cumprida. O portal da transparência voltará a cumprir seu papel, os controles republicanos voltarão a ser exercidos para defender o interesse público.”

De fato, não há democracia e soberania sem um Estado transparente, aberto ao diálogo, ao controle e à participação social, em que o sigilo e não a transparência é a regra. Por isso, o Presidente determinou a CGU, que adote, no prazo de trinta dias, providências para revisão de atos que impuseram sigilo indevido a documentos de acesso público, com exame dos casos apontados pela equipe da transição, pela imprensa e pela sociedade civil, e com a continuidade do levantamento desses casos.

Para cumprir a determinação do Presidente, já constituímos Grupo de Trabalho no âmbito da CGU para revisar esses casos, e proceder ao reexame dos entendimentos firmados e pretendemos, inclusive, não restringir a nossa atuação ao papel de instância recursal da LAI. Anuncio aqui, hoje, que a CGU fortalecerá o seu papel de autoridade de supervisão e monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e atuará para garantir que, desde a primeira instância, os pedidos de acesso possam ser corretamente examinados e a Lei cumprida.

Para tanto, gostaria de anunciar que criamos uma Secretaria de Acesso à Informação na estrutura da CGU, a qual será responsável por, além de julgar os recursos de 3ª instância da Lei, também atuar preventivamente para garantir o pleno cumprimento da Lei por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo federal, emitindo diretrizes e orientações sobre o tema e requisitando processos para, quando necessário, corrigi-los.

Além disso, informo que assinarei Ofício que recomenda a todos os Ministros e dirigentes das entidades da Administração indireta que procedam a abertura imediata das informações classificadas cujo prazo de sigilosas cujo prazo já se expirou. Nos trabalhos da

equipe de transição, foram identificados uma série de documentos que se enquadram nessa situação.

Em outra frente de atuação da CGU, não há democracia em um Estado que não seja capaz de entregar à população as políticas e serviços públicos de que ela tanto necessita. A melhoria da prestação de serviços públicos requer, necessariamente, o aprimoramento dos arranjos institucionais da Administração Pública, a cooperação entre os órgãos e entidades, bem como o fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização, os quais devem atuar de forma preventiva para apoiar a gestão, evitando erros e inibindo irregularidades.

Nesse sentido, vamos resgatar a firme atuação da CGU na avaliação das políticas públicas, retomando a capacidade institucional do Estado de entregar serviços de melhor qualidade à população e às empresas. Nesse processo, o foco voltará a ser o povo brasileiro e suas necessidades mais básicas e urgentes.

Anuncio aqui que visitarei com a minha equipe, nas próximas semanas, cada um dos Ministros para entregar-lhes o diagnóstico da CGU sobre a situação da gestão e dos programas de suas Pastas e nos colocaremos à disposição para ajudar, com o manancial de informações que a CGU dispõe e com o conhecimento qualificado de nossos servidores, na reconstrução das políticas públicas com as quais o Governo Lula se comprometeu. (IMPORTÂNCIA das Assessorias de Controle Interno)

Para promover essa agenda, vamos recuperar também a pauta de fiscalizações sobre a utilização de recursos públicos federais. Além da importante auditoria contábil e financeira, os auditores da CGU também voltarão a ir a campo para verificar in loco se e como os recursos estão sendo aplicados e tomaremos as devidas providências para apurar e punir exemplarmente as fraudes e irregularidades. (IMPORTÂNCIA DAS UNIDADES REGIONAIS DA CGU).

Seremos um controle que combate à corrupção, cuja atividade permeia todo o trabalho da CGU e se insere no escopo de todas as suas competências, mas seremos também um controle que atuará como suporte à gestão, a fim de contribuir para a realização do compromisso assumido pelo Presidente Lula e pelo Vice Geraldo Alckmin junto ao povo brasileiro, de combater dia e noite todas as formas de desigualdade ainda existentes no Brasil e para que os serviços e recursos públicos cheguem aonde precisam chegar.

Também não há democracia em um Estado em que há mordança de servidores. Por isso, anuncio também aqui que determinei à nossa Corregedoria-Geral da União que reexamine, no prazo de 30 (trinta) dias, a Nota Técnica nº 1.556/2020/CGUNE/CRG, a qual firmou entendimento no sentido de limitar a manifestação de agentes públicos acerca de opiniões relativas a conflitos ou de manifestações críticas ao órgão ao qual pertença, inclusive em veículos de comunicação virtuais, considerando-as como condutas passíveis de apuração disciplinar, em razão de possível afronta ao direito constitucional de livre manifestação do pensamento.

O cumprimento dessas tarefas não é nada trivial, como os últimos anos demonstraram. Afinal, a CGU enfrenta hoje um desafio incomum: temos que fazer com que a sociedade volte a acreditar no Estado e nas instituições. Para isso, vamos nos amparar em duas máximas fundamentais. A primeira é a de que a transparência é a regra; o sigilo deve ser sempre a exceção. A segunda é a de que os órgãos de controle não servem apenas para coibir atos ilícitos; eles podem e devem ser instrumentos de promoção de políticas e práticas exitosas na gestão pública. Acredito que reunimos as condições políticas e sociais para sustentar esses valores, mas o caminho nos exigirá muito empenho e vontade política.

Nessa jornada, é importante lembrar que o trabalho da CGU se insere no esforço histórico, liderado por diversas forças políticas desde a Constituinte de 1988, de conciliar o controle da atividade da administração com o aprimoramento da gestão pública e da democracia. A urgência do tema foi destacada por vários pensadores da formação do Brasil: desde Sérgio Buarque de Hollanda a Raymundo Faoro, é comum a imagem de que somos um país no qual frequentemente as relações pessoais se sobrepõem aos vínculos de ordem institucional, racional e baseada na lei.

A necessidade de superar esse cenário é o que justificou a criação e o fortalecimento da Controladoria Geral da União nas duas últimas décadas. E pode ser a força motivadora para a nossa atuação diante dos desafios que virão.

Dito isso, importante lembrar que, investidos de missão tão nobre como a de controladores da União, é essencial resgatar a sempre contemporânea lição de Machado de

Assis: não são os outros todos enfermos à procura de uma cura; nem todos aqueles sujeitos à fiscalização cometeram ilícitos ou fizeram mau uso dos recursos públicos.

Na minha trajetória como gestor público, que se iniciou ainda no início dos anos 2000, na prefeitura do município de São Paulo, nunca enfrentei desafio de tamanha monta como o de liderar a CGU neste momento histórico de resgate da credibilidade das instituições. Apesar disso, me amparo nas minhas experiências profissionais pregressas para me guiarem nesta tarefa. De 2011 a 2016, como Secretário de Direito Econômico, depois Conselheiro e Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, trabalhei para construir uma instituição técnica e sólida de combate a cartéis e promoção da livre concorrência, que se tornou inclusive referência internacional.

Agora, um novo desafio se apresenta. Sou grato ao Presidente Lula por ter confiado essa tarefa a mim. Assumo-a com a certeza de que o Presidente Lula ambiciona um rigoroso trabalho de controle e combate à corrupção. Sei também que contarei com profissionais qualificados com os quais posso trabalhar conjuntamente e um órgão com competências claras. Na CGU, quatro eixos de atuação serão centrais:

- (i) colaborar para um governo *voltado para as pessoas*;
- (ii) construir um governo *aberto para a sociedade*;
- (iii) promover um *controle que colabora com o aprimoramento da gestão e das políticas públicas*;
- (iv) por último, mas não sem a mesma importância que os eixos anteriores, eleger como *prioridade o combate à corrupção*, por meio de ações de prevenção, detecção e responsabilização.

Vou me aprofundar rapidamente em cada um desses eixos.

Quando menciono um *governo voltado para as pessoas*, tenho em mente a imagem de um governo que se dedica incansavelmente a melhorar a experiência dos cidadãos, principalmente da população mais pobre, como sempre lembra o Presidente Lula.

Esse é um eixo de atuação que também deve ser uma diretriz para todas e todos, não somente na CGU, mas no governo de modo geral: a escuta dos usuários dos serviços públicos,

coletar e analisar suas práticas, opiniões e percepções a respeito dos serviços públicos e das informações disponibilizadas, de modo a promover a melhoria contínua da gestão pública, sempre focando nas pessoas que mais precisam do Estado.

É também com a preocupação de um governo *voltado para as pessoas* que busquei e continuarei buscando construir uma equipe que represente a diversidade do povo brasileiro para a CGU. Como se sabe, times diversos inovam mais e são mais capazes de compreender os problemas dos cidadãos.

O secretariado da CGU é composto por uma maioria absoluta de mulheres e liderado pela secretária executiva Vânia Vieira; todas e todos com ampla experiência em gestão pública e inquestionável capacidade administrativa.

Também nesse sentido, anuncio aqui que criaremos no âmbito da CGU um Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão, para que tanto as políticas internas de ocupação de cargos e seleção de pessoas como as políticas finalísticas do órgão sejam permeadas por esses princípios.

Além de promover um governo voltado para as pessoas, acredito que a CGU deva também garantir um *governo aberto para a sociedade*. Nesse segundo eixo de atuação, a CGU promoverá a participação cidadã como método de gestão, garantindo transparência ativa com padronização de publicação de dados e espaços efetivos de contribuição e decisão para a sociedade.

Como sabemos que o controle social é um importante instrumento não apenas para garantir a integridade da gestão pública, mas também para reafirmar o caráter democrático, legítimo e participativo de todos os espaços decisórios do governo, vamos promover o resgate e fortalecimento do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, vinculado à CGU, como espaço de interlocução e diálogo com a sociedade civil.

A exitosa agenda promovida pelo Portal da Transparência deve ser complementada com outras iniciativas, como a retomada da política de dados abertos e a parceria com organizações da sociedade civil e da academia para realização de políticas públicas baseadas em evidências. Quando olhamos para uma ferramenta tão fundamental criada pela CGU em 2004, como o

Portal da Transparência, temos confiança de que temos servidoras e servidores de excelência que sabem o que deve ser feito para alcançarmos transparência com qualidade: o portal recebe mais de 1 milhão de usuários mensalmente e mais de 15 milhões de visualizações são realizadas.

Criar um governo aberto para a sociedade também traz outros desafios enormes, já que foi um dos temas centrais que dominou o debate eleitoral e que a população elegeu como central para os próximos quatro anos: resgatar a confiança da sociedade no valor de que a regra é a transparência, o sigilo a exceção.

A CGU ainda terá como um dos eixos centrais de atuação aquela que é uma de suas competências mais centrais: a de realizar o controle interno da Administração Pública, o que, em linha com o que vem sendo a orientação mais recente do Tribunal de Contas da União, deve ser feito com o intuito de colaborar com o aprimoramento da gestão e das políticas públicas, para garantir sua maior efetividade.

Dito isso, é fundamental que, no nosso trabalho cotidiano como controladores, lembremo-nos que nosso objetivo último é o aprimoramento da gestão pública e não, parnasianamente, a punição pela punição ou o controle pelo controle. Para isso, é fundamental que a CGU também oriente de maneira clara os gestores sobre quais são os espaços mais adequados para a inovação e para a experimentação nas políticas públicas, delimitando aquelas ações que claramente são ilegais ou não recomendadas.

Acredito, por fim, ser possível conciliar a agenda de auditorias com a agenda de combate à corrupção, o que nos leva ao nosso quarto eixo de atuação, em que elencamos como prioritária a pauta de combate à corrupção. No campo da conciliação do eixo de controle com o eixo de combate a corrupção, precisamos ter clareza na capacidade de informar o que pode ou não ser feito, de avaliar conflitos de interesses, revisitar a Lei Anticorrupção e aumentar nossa capacidade de abrir investigações. Isso não será feito exclusivamente pela CGU, é claro, pois estaremos sempre trabalhando em conjunto com outros órgãos de controle como AGU, Ministério da Justiça, MPF e TCU.

É necessário avançarmos para encontrarmos uma estrutura ótima de compartilhamento de competências e de coordenação entre as agências de combate à corrupção e examinar sua

atuação concreta a partir das lentes de *accountability*, sem deixar de observar as zonas de vulnerabilidade que emergem das atuações descoordenadas desses órgãos.

É importante, nesse âmbito, estruturar uma agenda de incentivo para que as leniências aconteçam e sejam uma ferramenta de investigação. Os históricos das condutas têm que ser claros e detalhados, com elementos explícitos de colaboração e não meras narrativas factíveis. A punição deve ter como base o devido processo legal e a verdade factual. Alegorias persecutórias não fazem parte da missão que a lei e a Constituição nos conferem.

Além disso, precisamos fortalecer e ressemantizar o combate à corrupção para que voltemos a ter uma ação firme e efetiva, que não seja utilizada para fins políticos para criminalizar opositores, para legitimar a adoção de julgamentos de exceção, atropelar direitos e garantias fundamentais, mas um combate à corrupção que se destine àquilo que deve ser: instrumento de controle das políticas públicas para que os serviços e recursos públicos cheguem aonde precisam chegar.

Esses serão os quatro eixos de atuação da CGU. Construir um governo voltado para as pessoas, aberto para a sociedade, que possua um controle que aprimora a gestão pública e que elegeu o combate à corrupção como uma de suas agendas prioritárias.

E se o próprio Presidente disse que essa tarefa não pode ser de apenas um Presidente ou mesmo de um Governo, retomo o convite feito por ele para todos os presentes aqui: vamos construir juntos essa sociedade democrática, que coloca a verdade no lugar da mentira, a transparência no lugar do sigilo e o amor no lugar do ódio.